



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

NATHÁLIA SILVA SANTANA

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA:
Uma análise em Organizações Sociais vinculadas à União

Brasília, DF
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

NATHÁLIA SILVA SANTANA

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA:
Uma análise em Organizações Sociais vinculadas à União

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF
2018

SANTANA, Nathália Silva.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa: Uma análise em Organizações Sociais vinculadas à União / Nathália Silva Santana – Brasília, 2018.

Orientador(a): Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2018.

Bibliografia.

1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL 2. CRISE FISCAL 3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

NATHÁLIA SILVA SANTANA

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA:
Análise em Organizações Sociais vinculadas à União

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) submetido ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos que me apoiaram e contribuíram para que esse sonho fosse possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por guiar os meus caminhos e me cobrir de bênçãos para que eu consiga persistir nos meus objetivos e vencer as adversidades e à Nossa Senhora Aparecida, por sempre interceder por mim.

Em especial, agradeço aos meus pais, Rosalina Maria e Valdir Francisco, por todo amor e apoio que sempre me dão, por me incentivarem a ser melhor a cada dia, a não desistir dos meus sonhos, a ser paciente e por se alegrarem com as minhas conquistas.

Aos meus irmãos, Amanda Santana e Juan Santana por sempre alegrarem os meus dias e estarem presentes em todos os momentos importantes da minha vida, por todo o amor incondicional e por me encorajarem a seguir os meus sonhos.

Aos meus primos, Douglas Barros, João Paulo Novais, Josias de Miranda, Juliana de Miranda, Karol Santana e Rafael Barros, muito obrigada por todos os bons momentos, pelo companheirismo e por todas as palavras ditas com carinho, eu amo vocês.

À minha comadre e amiga, Gabriela Alves, sou imensamente grata por todos os momentos de apoio, pela sua amizade, pelas palavras de conforto e por me permitir ser madrinha do seu filho, muito obrigada!

Aos meus padrinhos, Domingos Cardoso e Maria José, por se estarem sempre presente, pela preocupação, fé e apoio.

Ao meu orientador, Prof. Abimael de Jesus Barros Costa, pelo incentivo, ensinamentos, por toda ajuda e atenção e, principalmente, por acreditar no potencial dos seus alunos.

Às amigas que a UnB me proporcionou e levarei para a vida, Aline de Almeida, Cláudio Martins, Gabriela Colen e Mayra Lacerda, minha gratidão por essa caminhada juntos, por serem companhias incríveis nesses cinco anos e tornarem a minha graduação inesquecível!

Aos meus amigos especiais Hugo Lira, Maria Alice, Renata Nunes e Sandryne Ferreira, obrigada por entrarem na minha vida e me apoiarem em tudo que faço, vocês são incríveis.

A todos os professores que fizeram parte do meu caminho na graduação, por serem exemplo de profissionais e por todo o ensinamento repassado.

À UnB pelos anos de ensino.

A todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui, a me tornar uma pessoa melhor e a realizar esse trabalho.

*“Faça o melhor que puder até saber mais. Então,
quando souber mais, faça ainda melhor.”*

(Maya Angelou)

RESUMO

Frente a um momento de crise governamental na década de 80, concretizou-se a reforma do aparelho estatal, a qual instituiu a criação das Organizações Sociais para auxiliar o Estado a cumprir suas funções públicas. Os objetivos do estudo foram investigar a situação financeira das Organizações Sociais vinculadas à União, por meio dos indicadores da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), e verificar se a crise fiscal a partir de 2014 impactou no repasse de recursos indicados no cronograma de desembolso do contrato de gestão. Para sua concretização, foram exploradas as demonstrações contábeis, notas explicativas e os relatórios de gestão dos últimos 10 (dez) anos dessas entidades. Para a metodologia, a análise foi fragmentada em teste de hipótese baseado na média populacional (test-t) e análise de indicadores do fluxo de caixa. Os resultados encontrados no teste de médias, considerando um nível de significância de 95%, revelaram a inexistência de diferença estatística significativa entre o valor do contrato de gestão e do fluxo de caixa ($p > 0.05$ e Valor-t < t-crítico), não rejeitando a hipótese nula. Por outro lado, os indicadores, no geral, apresentaram piora em seus resultados a partir de 2015, demonstrando o efeito da crise na gestão do caixa. Assim, conclui-se que o funcionamento dessas entidades fica prejudicado em momentos em que há atraso no repasse. Isso ocorre, principalmente, devido à dependência financeira das Organizações em relação ao contrato, havendo necessidade dessas entidades gerarem recursos próprios a fim de se resguardarem em momentos de emergência financeira.

Palavras-chave: Organização Social; Contrato de Gestão; Crise Fiscal; Demonstração do Fluxo de Caixa.

ABSTRACT

At a moment of governmental crisis in the 1980's, the reform of the state apparatus was implemented, which instituted the creation of Social Organizations to assist the government to fulfill its public functions. The aims of the study were to investigate the financial health of the Social Organizations linked to the Union by using the Cash Flow Statement indicators, and verify if the fiscal crisis started in 2014 had an impact on the transfer of resources presented in the outlay schedule of the management contract. The financial statements, explanatory notes and management reports of the last 10 (ten) years of this entities were examined in order to perform this analysis. For the methodology, the analysis was fragmented into a hypothesis test for population mean (test-t) and analysis of cash flow indicators. The results found by the hypothesis test, considering a level of significance of 95%, revealed no significant statistical difference between the value of the management contract and the cash flow ($p > 0.05$ and $t\text{-value} < \text{critical value}$), and has not, therefore, been rejected the null hypothesis. On the other hand, since 2015 the indicators have worsened, evidencing the effect of the crisis on cash management. Therefore, it is concluded that the operation of this entities is impaired at times when there is a delay in the transfer of funds. This is mainly caused by the fact that these organizations are financially dependent on their contract, being important that these entities generate their own capital resources in order to guard themselves in times of financial crises.

Keywords: Social Organization; Management Contract; Fiscal Crisis; Cash Flow Statement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Maiores contrações do PIB da história brasileira.....	21
Figura 2 – Setores Estatais	23
Figura 3 - Índice de Liquidez	41
Figura 4 - Índice de Solvência.....	42
Figura 5 - Índice de Investimento.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores Financeiros	33
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas	34
Tabela 3 - Cenários das hipóteses.....	35
Tabela 4 - Resultado Teste de Hipóteses.....	35
Tabela 5 - Sumário de Indicadores da DFC do CGEE.....	35
Tabela 6 - Sumário de Indicadores da DFC do CNPEM.....	36
Tabela 7 - Sumário de Indicadores da DFC do IMPA	37
Tabela 8 - Sumário de Indicadores da DFC do RNP.....	38

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	Problema da Pesquisa	15
1.2.	Objetivo Geral e Objetivos Específicos	16
1.3.	Justificativa da Pesquisa	16
1.4.	Estrutura da Pesquisa.....	17
2.	PESQUISAS ANTERIORES.....	19
2.1.	Crise Fiscal	19
2.2.	Terceiro Setor e Organizações Sociais	22
2.3.	Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Indicadores Financeiros.....	25
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
3.1.	População e Amostra.....	30
3.2.	Procedimentos da Coleta dos dados	31
3.3.	Procedimentos da análise dos dados	31
4.	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	34
4.1.	Descrição dos dados da pesquisa.....	34
4.2.	Análise crítica dos dados da pesquisa	39
4.3.	Relação entre os dados da pesquisa e as pesquisas anteriores	41
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICE(S)	50

1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública, desde seu surgimento, tem evoluído conforme a necessidade de se melhorar a gestão, buscando sanar os gargalos deixados pelos modelos anteriores. Durante esse processo, trouxe consigo características fundamentais para o funcionamento do Estado, como o controle iniciado na burocracia que, após alterações na sua estrutura e com o advento do gerencialismo, passou a ter foco no resultado, na eficiência e na eficácia, aumentando a importância dada à gestão do dinheiro público.

Devido à crise do Estado na década de 80, surge necessidade de reestruturar os conceitos de administração pública, que foi possível por meio do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Seu objetivo era aperfeiçoar a eficiência e eficácia da administração pública, através da descentralização de poder, de modo que o Estado deixaria de exercer os serviços não-exclusivos do poder público para se fortalecer na função de promotor e regulador desses serviços.

Com a remodelação do aparelho do Estado, instituiu-se o Terceiro Setor, como resultado da parceria público-privado, sendo uma alternativa para atender às demandas sociais por serviços através da designação de funções para entidades privadas, mediante a celebração de contrato. Essas entidades que realizam contrato de gestão com a União são intituladas juridicamente como Organizações Sociais (OS) e são responsáveis pela prestação de serviços referentes à educação, saúde, cultura e pesquisa científica (PDRAE, 1995).

Essa parceria objetiva potencializar a prestação de serviços essenciais à sociedade, de modo a tornar a ação pública mais rápida e eficiente, além de facilitar o controle social através da participação das Organizações Sociais nos conselhos de administração. Por não estarem sujeitas a todas as normas que regulam a Administração Pública, as OS usufruem de maior autonomia administrativa, ao mesmo passo que seus dirigentes assumem uma responsabilidade maior em relação à sua instauração (BRASIL, 1997).

O contrato que institui as OSs possui características de convênio, de forma que se assemelha a um acordo administrativo colaborativo, devido ao seu caráter vinculante entre a organização e o Poder Público, observando o objeto a ser executado, as metas a serem atingidas, os planos de aplicação de recursos e o cronograma de desembolso.

Além de ser instrumento de recursos, bens e funcionários, o contrato de gestão serve

como controle das atividades a serem desenvolvidas e da aplicação de recursos pelas Organizações Sociais. Dessa forma, deverá indicar as sanções a serem aplicadas quando descumpridas as atribuições e os deveres estabelecidos em suas cláusulas (COUTINHO, 2016).

Tendo em vista o controle efetuado pela Administração sobre o patrimônio disponibilizado, cabe à OS evidenciá-lo em seus demonstrativos, a fim de dar transparência às suas atividades. Diante disso, o presente estudo pretende analisar o Demonstrativo do Fluxo de Caixa das OSs vinculadas à União, de modo a verificar se os recursos compactuados no contrato de gestão foram efetivamente repassados, além de analisar se a crise fiscal de 2014 provocou diminuição na disponibilização desse capital de fomento e, conseqüentemente, no funcionamento dessas entidades.

A importância da análise de impacto da crise no repasse de recursos se traduz pela dependência financeira de grande parte das Organizações Sociais federais em relação ao contrato de gestão, observada entre os anos de 2012 e 2016, o que implica em risco de continuidade das operações caso os recursos não sejam repassados ou o contrato seja rompido (CARVALHO, 2017). Considerando que se encontra na literatura estudos sobre a relação entre crise governamental e desempenho financeiro, há oportunidade de desenvolver estudos que avaliem o funcionamento das Organizações Sociais nesses momentos em que há empecilhos para a disponibilização de recursos.

1.1. Problema da Pesquisa

A crise financeira global iniciada em 2007, ocasião em que o Brasil enfrentava uma das melhores fases de crescimento das últimas décadas, resultou na interrupção de concessão de créditos, desencadeando uma das piores recessões do país. Apesar do quadro de crise mundial, o relatório apresentado pelo Banco Central do Brasil indicava um país imune. Entretanto, inúmeros problemas econômicos foram ocasionados como desvalorização do Real, redução da oferta de crédito, elevação das taxas de juros, deterioração do balanço de pagamentos em conta corrente e desaceleração da economia.

Posteriormente, entre os anos de 2011 e 2012, o Brasil adotou um conjunto de políticas conhecidas como Nova Matriz Econômica (NME), responsável por garantir uma forte intervenção governamental na economia, por meio da combinação de política fiscal e

monetária, com ajuste nas taxas básicas e intervenção nos preços. A política monetária utilizada era pautada no gerenciamento da taxa de juros para conter a inflação, todavia, em 2012, a manutenção da taxa Selic provocou uma drástica elevação inflacionária (OREIRO, 2017).

Esse primeiro déficit no quadro econômico, juntamente com a perda de credibilidade do Banco Central, acarretou em choque de oferta e demanda, sendo um dos principais indícios da crise que viria ocorrer em 2014. Com intuito de proteger a economia dos efeitos inflacionários, o governo passou a investir em setores estratégicos, com ênfase na Petrobrás. Contudo, a utilização acentuada de recursos para estimular o desenvolvimento da economia resultou na piora do endividamento público (BARBOSA FILHO, 2017).

Sabendo que o principal financiamento das Organizações Sociais provém dos cofres públicos, mediante contrato de gestão, é necessário apurar a influência da crise fiscal de 2014 na destinação de recursos ao terceiro setor. Dessa forma, o problema que irá conduzir a pesquisa será: Qual o impacto da crise financeira fiscal governamental a partir de 2014 nos indicadores financeiros da Demonstração do Fluxo de Caixa das Organizações Sociais, do segmento que tem Contrato de Gestão com a União?

1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Diante do problema de pesquisa, esse estudo tem como objetivo geral investigar a situação financeira das Organizações Sociais vinculadas à União, por meio dos indicadores da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), e verificar se a crise fiscal a partir de 2014 impactou no repasse de recursos indicados no cronograma de desembolso do contrato de gestão, contemplando os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o resultado dos indicadores financeiros da Demonstração de Fluxo de Caixa;
- b) Verificar, a partir do teste de média, quais Organizações Sociais tiveram seus recursos afetados pela crise de 2014.

1.3. Justificativa da Pesquisa

Em virtude das Organizações Sociais configurarem-se empresas públicas não-estatais e possuírem um sistema híbrido, de modo que o capital destas é formado por bens públicos e privados, o controle sobre elas deve ser exercido tanto pelo Estado, como pelo mercado. O Estado exerce controle por intermédio do controle externo e controle social direto, concretizado através dos conselhos de administração, enquanto no mercado o controle é exercido pela sociedade mediante cobrança dos serviços prestados (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Para que a prestação de serviços requeridos pela população seja concretizada, é necessário que ocorra o repasse de recursos do governo para essas entidades mediante o contrato de gestão. Tendo em vista a necessidade de capital de fomento para a sobrevivência dessas organizações, e que os estudos sobre o fluxo de caixa no Terceiro Setor são incipientes, o presente estudo poderá contribuir para a literatura das Organizações Sociais, em especial para compreender se o seu funcionamento é afetado em momentos de crise governamental.

A Lei 9.637, a qual dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais, em seu art. 12, § 1º, assegura às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e define que os repasses devem ser realizados conforme estabelece o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

Isto posto, o presente estudo se justifica em avaliar o Demonstrativo de Fluxo de Caixa das Organizações Sociais vinculadas à União para analisar as distorções entre o cronograma de desembolso do Contrato de Gestão e o fluxo de caixa das OS, considerando o agravamento da crise fiscal a partir de 2014, de modo a contribuir para o controle dos recursos destinados às demandas sociais e futuras pesquisas relacionadas aos indicadores financeiros do Terceiro Setor.

1.4. Estrutura da Pesquisa

O estudo estrutura-se em cinco tópicos, sendo o primeiro representado pela introdução, problema, justificativa da pesquisa e os objetivos gerais e específicos. Nesse tópico é apresentada a contextualização da área estudada, além das hipóteses que servirão como norte para a fundamentação do trabalho no tópico seguinte.

O segundo tópico apresenta o referencial teórico que abordará as características do Terceiro Setor, em especial no que se refere às Organizações Sociais, Contrato de gestão e Demonstrativo do Fluxo de Caixa.

No terceiro tópico é apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, elencando a amostra considerada para o estudo, os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

O quarto tópico é representado pela análise dos resultados obtidos e, por fim, no último tópico são feitas as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas acerca do assunto.

2. PESQUISAS ANTERIORES

Para fundamentar o estudo, o referencial teórico contempla o Terceiro Setor e as Organizações Sociais e Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Indicadores, utilizando, para esse fim, estudos concernentes aos tópicos citados. Além disso, será abordado o tópico sobre as Crises Fiscais.

2.1. Crise Fiscal

O Brasil, nos últimos cinquenta anos, enfrentou duas grandes crises que modificaram a política e a condição financeira do país. Groves e Valente (2003 *apud* Diniz e Lima, 2016) definem a condição financeira como a relação entre capacidade do governo em honrar com suas obrigações financeiras, tanto no curto quanto no longo prazo, e a geração de receita dentro do período orçamentário regular suficiente para satisfazer as demandas necessárias sem incorrer em déficit.

Por outro lado, Hevesi (2003) relaciona a condição financeira com a habilidade do governo em manter o pleno funcionamento dos seus serviços em momentos de crises econômicas e realizar alterações em sua operacionalização com intuito de antecipar e corrigir problemas futuros.

O governo está suscetível ao enfrentamento de diversos problemas fiscais ao longo de seu funcionamento. Eles representam as dificuldades que afetam a condição financeira governamental, provocando redução na receita e impedindo que alguns dos serviços básicos sejam providos (DINIZ E LIMA, 2016)

Barro (1978 *apud* Diniz e Lima, 2016) classifica os problemas fiscais em três níveis, sendo eles, a desvantagem e o declínio fiscal, e a crise financeira aguda. A desvantagem fiscal está relacionada à incapacidade de uma cidade ou área urbana oferecer o mesmo nível de serviços públicos que outra região semelhante. São suas características a baixa base tributária, baixo custo dos serviços e ampla responsabilidade fiscal. O declínio fiscal, por outro lado, caracteriza-se por orçamento desfavorável em relação ao exercício anterior, e pode ser dividido em declínio relativo e absoluto. Por fim, a crise fiscal ocorre quando a restrição orçamentária está tão afetada que não pode ser corrigida pelo mecanismo orçamentário.

2.1.1. Crise de 1980

Na década de 80, o cenário brasileiro foi marcado por uma crise do Estado causada pelo inchaço da máquina pública desenvolvido pela burocracia excessiva e criação de diversas empresas estatais. Além da perda de lucratividade das empresas estatais, o inchaço da máquina provocou também uma crise financeira, sinalizada pelo declínio da capacidade de investimento, a qual está relacionada com: 1) deterioração da poupança forçada e custeio do setor privado; 2) tributação ineficiente; 3) queda da taxa de lucro vinculada à diminuição da taxa de crescimento. (BRESSER- PEREIRA, 1996)

Bresser Pereira (1996) indica que os efeitos do endividamento foram percebidos pelo aumento das taxas de inflação e estagnação da economia. Com vistas a amenizar a situação econômica na qual o Brasil se encontrava, entre os anos 1981-83 houve ajustes nas finanças, com redução nos investimentos, que proporcionaram a redução do déficit público. O cenário, no entanto, foi revertido pelo aumento da inflação em 200% em 1983, nível mantido até 1985.

Os inúmeros problemas econômicos no Brasil, ocasionados pela crise, fomentaram a formulação de um programa de reformas em conformidade com o Consenso de Washington, com intuito de erradicar o retrocesso econômico e social do país, além de reduzir a intervenção estatal. As políticas do Consenso de Washington, conforme destaca Guimarães (2017), eram dez, quais sejam a disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; eliminação das restrições ao investimento direto estrangeiro; privatização de empresas estatais; desregulamentação e direito à propriedade intelectual.

Nesse sentido, explica Batista (1995) que as propostas do Consenso se pautam em dois objetivos: extrema redução do Estado e máxima abertura do mercado à importação de bens e serviços, de modo a tornar o mercado autorregulável nas suas relações econômicas. Além das propostas balizadas pelo Consenso de Washington, em resposta à crise fiscal instaurada, se propôs a reconstrução do Estado objetivando a superação da crise, alteração dos moldes de intervenção social e econômica, além da reforma da administração pública através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

Costa (2008) destaca que o PDRAE tinha como objetivo a instituição da administração gerencial. O Plano pautava-se nos pilares: ajuste fiscal duradouro, reformas econômicas direcionadas ao mercado, reforma previdenciária e reforma do aparelho do estado, orientada

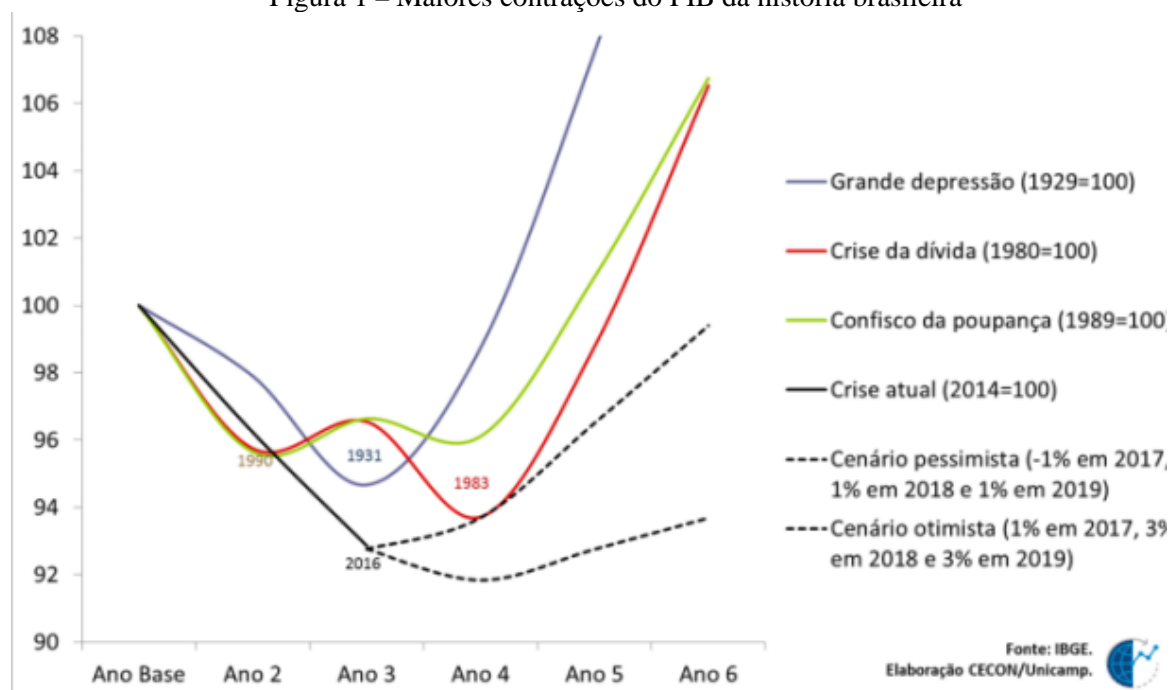
para o aumento competência de execução de políticas públicas. Por conseguinte, o Estado renuncia o papel de responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, fortalecendo-se na função de promotor e regulador dos serviços (MARE, 1995).

2.1.2. Crise de 2014

A crise de 2014, por outro lado, resulta do choque de oferta e demanda ocasionado, inicialmente, pelo esgotamento das políticas de estímulo adotadas a partir de 2011/2012, denominadas Nova Matriz Econômica (NME). A NME era pautada pela baixa dos juros e aumento do investimento público através da combinação de política monetária e política fiscal, com desonerações tributárias, depreciação da taxa nominal de câmbio e redução da taxa básica de juros. (BARBOSA FILHO, 2017)

O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), indicou o fim da expansão econômica que já durava 20 trimestres, acompanhado do início da recessão a partir do segundo trimestre de 2014. Mello e Rossi (2017) destacam que a crise de 2014 representa o maior episódio recessivo da história do Brasil, tendo em vista a queda do PIB em mais de 7%, conforme demonstra figura abaixo:

Figura 1 – Maiores contrações do PIB da história brasileira



Fonte: IBGE Elaboração: CECON/ Unicamp

Além do esgotamento da NME, a utilização exorbitante de recursos com vistas a desenvolver a Petrobrás, acompanhada do controle de preços do combustível, provocou uma estagnação da economia e uma crise de sustentabilidade fiscal. De acordo com Barbosa Filho (2017), o último fator que influenciou o choque da demanda foi a intervenção governamental no mercado energético, com redução de tarifas sobre a energia nos anos de 2013 a 2015, o que suscitou a elevação da taxa de juros pelo Banco Central, com o propósito de conter a inflação.

A crise brasileira atinge todos os setores da economia, afetando o emprego e renda da população, por conseguinte, os investimentos em geral ficam prejudicados. Armani (2001) destaca o desafio das Organizações do Terceiro Setor em permanecerem sustentáveis em períodos de crise, e enfatiza a necessidade dessas entidades gerarem renda própria para manutenção dos seus serviços.

2.2. Terceiro Setor e Organizações Sociais

Os efeitos desencadeados pela crise de 1980, especialmente representados pela ineficiência do Estado em executar os seus serviços voltados à população, motivaram mudanças estruturais no Estado, que foram formalizadas pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). A redefinição do papel do Estado, delineada pelo PDRAE, se traduz na busca pela superação do modelo tradicional de administração burocrática, que se mostrou incapaz de atender às demandas sociais com eficiência. A nova reforma visava à instituição da administração gerencial, na qual as atividades não exclusivas do Estado seriam transferidas para as entidades sem fins lucrativos do setor privado, o denominado “terceiro setor” (PDRAE, 1995).

Alexandrino e Paulo (2017) definem o terceiro setor como a composição de entidades privadas da sociedade civil que exercem atividades de interesse social e, apesar de instituírem iniciativa privada, não visam lucro. Os autores complementam que ele existe simultaneamente com o Estado, caracterizado primeiro setor, e o mercado, segundo setor.

De maneira análoga, Coutinho (2016) explica que neste setor estão presentes entidades de direito privado, as quais objetivam concretizar as atividades de interesse público utilizando-se de recursos públicos e privados, de modo a colaborar com o Estado no atendimento da demanda coletiva.

Com a transferência das atividades de interesse social para o terceiro setor, o Estado

deixa de intervir diretamente no desenvolvimento econômico e social, fortalecendo-se no papel de promotor e regulador. Por consequência, a prioridade do Estado no âmbito econômico seria o cumprimento da sua função redistributiva e realocadora (BRESSER-PEREIRA).

O PDRAE desdobra o aparelho estatal em quatro setores distintos quais sejam: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Uma das inovações apresentadas pelo PDRAE é relativa ao Programa de Publicização, que se pauta na absorção dos serviços não-exclusivos por um setor público não estatal, constituindo uma parceria público-privado em prol da sociedade (BRESSER-PEREIRA).

Figura 2 – Setores Estatais

	Forma de propriedade			Forma de administração	
	Estatal	Pública não estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
Núcleo estratégico Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Forças Armadas, Ministério Público	○				○
Atividades exclusivas Regulamentação, Controle, Fiscalização, Fomento	●				●
Serviços não exclusivos Educação, Saúde, Pesquisa Científica e Tecnológica, Cultura, Proteção e Preservação do Meio Ambiente	Publicização → ○	●			●
Produção para o mercado Empresas estatais		Privatização → ●	●		●

Fonte: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, MARE, 1995.

Rodrigues (1998) indica que a publicização deve ser vista como uma tática administrativa do governo para aprimorar a utilização eficiente e eficaz dos recursos públicos escassos. Segundo a autora, a estratégia de potencializar os recursos se concretiza por meio da visão tática dos gestores em administrá-los, tendo em vista que são representantes da comunidade beneficiada, e pela agilidade e flexibilidade nas aquisições e contratações, uma vez que as Organizações Sociais não são subordinadas às normas da administração pública.

Coutinho (2006) aponta a divisão do terceiro setor em Organizações Sociais e

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. As Organizações Sociais (OS) são entidades que executam atividades referentes ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente, à cultura e à saúde.

Alexandrino e Paulo (2017) enfatizam que as OSs não se tratam de uma categoria jurídica, tratando-se unicamente de uma qualificação especial, sendo um título jurídico concedido pelo poder público às entidades privadas sem finalidade de lucros, que satisfazem a exigências legais para tal.

A Lei 9637/98, a qual versa sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, declara que o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Em análise à Lei 9637/98, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2017) define as organizações sociais conforme segue:

Organização social é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar serviço público de natureza social. Nenhuma atividade nasce com o nome de organização social; a entidade é criada como associação ou fundação e, habilitando-a perante o poder público, recebe a qualificação; trata-se de título jurídico outorgado e cancelado pelo poder público.

Além da qualificação jurídica, em seu art. 6º, a Lei define como contrato de gestão o instrumento firmado entre a OS e o Poder público, o qual tem por objeto a discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações das partes envolvidas na parceria. A seção V da lei trata do fomento às atividades desenvolvidas pelas OS:

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão

O contrato estabelece ainda o programa de trabalho que será desenvolvido pela Organização Social, designando metas, prazos de execução e o valor a ser repassado mediante cronograma de desembolso. O contrato poderá prever o repasse de bens públicos, os quais serão cedidos à organização social para o exercício de sua atividade, dispensada licitação, por meio de permissão de uso (COUTINHO, 2006)

2.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Indicadores Financeiros

Considerando os direitos transferidos às organizações sociais através do contrato de gestão, e o controle que o Estado exerce sobre o patrimônio disponibilizado, cabendo à organização dar transparência dos seus serviços e da execução de recursos por meio das demonstrações contábeis, que devem ser publicadas para consulta pública.

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas com o propósito de representar de maneira fidedigna a posição patrimonial de uma entidade e seu desempenho financeiro. Neves e Viceconti (2013) esclarecem que o objetivo principal da análise das demonstrações financeiras é o provimento numérico de informações relativas a dois ou mais períodos, capazes de traduzir a situação da empresa para os usuários.

Nesse sentido, a NBC TSP 00 define que o objetivo das demonstrações contábeis é garantir que a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e o fluxo de caixa da entidade sejam informados, de modo a auxiliar a tomada de decisões dos *stakeholders*. Quanto ao setor público, as demonstrações almejam a prestação de contas dos recursos que lhe são disponibilizados.

A prestação de contas, denominada *accountability*, tem o intuito de fornecer informações relativas às fontes, destinação e uso dos recursos financeiros, dados referentes ao financiamento da entidade, informações necessárias para a avaliação da empresa e que revelem tanto a condição financeira da entidade quanto o método a ser utilizado para sanar suas possíveis limitações, além de apresentar informações necessárias para verificar o custo dos serviços oferecidos e a eficiência destes (NBC TSP 00).

No cenário do Setor Público, a regulamentação do plano de contas é realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O MCASP é elaborado consoante com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar 101/200, a Lei nº 10.180/2001 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Manual conceitua o plano de contas como organização sucinta da escrituração contábil, que objetiva a padronização e sistematização de contas contábeis, de modo a permitir a elaboração de relatórios capazes de auxiliar os usuários da informação e suprir suas necessidades (MCASP).

Com propósito de analisar a variação do Disponível de uma entidade entre dois ou

mais exercícios sociais, utiliza-se a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Segundo Neves e Viceconti (2013), a DFC representa com precisão a situação financeira da empresa, sendo mais acertada que a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR), que era utilizada anteriormente, devido à representação da capacidade de geração de caixa pelas atividades operacionais, sendo uma fonte de informação imprescindível para os sócios e credores.

A obrigatoriedade da apresentação da DFC é derivada da publicação da Lei nº 11.638/07, visto que até 2007 essa demonstração era facultativa, excetuando-se os casos específicos nos quais os órgãos reguladores a exigiam. Apesar de dispensável, a sua utilização já era recomendada pela Comissão de Valores Mobiliários e o IBRACON, através da NPC 20 (SLOMSKI ET AL, 2012). A obrigação da DFC é definida pelo art. 176:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.
- IV - demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
- V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007) (BRASIL, 2007)

Reis (2009) manifesta a relevância da Demonstração dos Fluxos de Caixa em revelar não só a fonte dos recursos que integram o caixa, como também o destino de aplicação desses recursos dentro de um determinado exercício.

No que tange à elaboração, o MCASP determina que:

A DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: a. operacionais; b. de investimento; e c. de financiamento. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência. (MCASP).

O método direto, segundo Campos Filho (1999, p.30) “consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa, utilizando as partidas dobradas”. Sendo assim, determina o fluxo de caixa líquido gerado pelas operações mediante a separação dos recebimentos e pagamentos de caixa.

A elaboração da DFC pelo método indireto, por outro lado, é descrito pelo CPC 03 –

Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis– conforme excerto a seguir:

(...) O lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

No que diz respeito à divisão da DFC, o CPC 03 determina que as atividades devem ser classificadas em: operacionais, de investimento e de financiamento. Nesse exposto, conceitua-se o fluxo de caixa das atividades operacionais como o recurso advindo das principais atividades geradoras de receita da entidade, ou seja, são resultados de operações de transação e outros eventos que compõem o lucro ou prejuízo do período. Campos Filho (1999) relata que as atividades operacionais guardam relação com as contas presentes na demonstração de resultados.

Para Diniz e Lima (2016), o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais propicia informações relativas ao financiamento dos serviços prestados pelo governo, por intermédio dos tributos e da arrecadação de receita provinda de bens e serviços oferecidos pela entidade. Os autores acrescentam ainda que o fluxo operacional revela a capacidade da empresa em liquidar os empréstimos e se financiar sem que seja necessária a realização de empréstimos.

A divulgação do fluxo de caixa das atividades de investimento, conforme CPC 03, é importante devido ao fator representativo da dimensão dos gastos realizados pela entidade, com o propósito de gerar caixa e lucros posteriormente.

As atividades de investimento representam os recursos utilizados para geração de ativos reconhecidos nas demonstrações, ou seja, referem-se aos desembolsos capazes de gerar retorno posterior. Iudícibus *et al* (2013) frisa que as atividades de investimento, correspondem à variação de ativos de longo prazo utilizados pela empresa para custear o fornecimento de bens e serviços.

Nesse sentido, Diniz e Lima (2016, p.241) informam que análise das atividades de investimentos “provê informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade”.

Por fim, o fluxo de caixa de atividades de financiamento representa a movimentação

das contas de passivo não circulante e patrimônio líquido. O CPC 03 explica que a divulgação desse fluxo de modo separado se justifica “por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade.” O financiamento representa o recurso de terceiros que subsidiam a entidade.

De modo especial, Diniz e Lima (2016, p. 461) discorrem que o fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento, no setor público, permite a visualização do “potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos visto que revela, em termos financeiros, a política de expansão da infra-estrutura do governo”.

Para facilitar a compreensão e análise dos dados informados na DFC, são utilizados indicadores os quais são divididos em quatro índices: de liquidez, de investimento, de solvência e de retorno. Os indicadores são capazes de auxiliar a percepção dos problemas em tempo hábil e, com isso, a adoção de medidas corretivas (ALMEIDA, 2000).

Os indicadores de liquidez são utilizados com o propósito de indicar a capacidade que a empresa possui em quitar suas dívidas, cotejando passivos e ativos. Silva (2017) aponta que “a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento”.

Nesse sentido, Assaf Neto (2014, p. 122) entende que “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento (folga financeira) de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas”.

Dentro dos indicadores de liquidez encontra-se o índice de cobertura de dívidas. Marques, Carneiro Júnior e Kühl (2008), descrevem esse índice como essencial para a empresa garantir a sustentação de seus negócios e representa a utilização do fluxo de caixa das atividades operacionais (FCO) para sanar as dívidas de curto prazo.

Por outro lado, o indicador de investimento é dividido por Almeida (2000) em índice de financiamento dos investimentos, índice de cobertura dos investimentos, índice de reinvestimentos e aquisição de bens de capital.

O índice de financiamento indica a utilização do caixa das atividades operacionais e financeiras para o financiamento dos investimentos. Dessa forma, caso o resultado obtido seja inferior a 1 (um) significa a cobertura total dos investimentos pelas atividades operacionais. O segundo indicador refere-se à capacidade da empresa em se financiar com recursos próprios, de modo que um resultado inferior a 1(um) indica a necessidade de captação de recursos externos. O indicador de reinvestimento, por sua vez, revela quanto dos investimentos são

ativos (ALMEIDA, 2000)

Em relação ao indicador de solvência, Almeida (2000) relata que esse indicador “mostra a importância do caixa e seus equivalentes para análise de desempenho das empresas, medindo a eficiência da companhia na administração de seu capital de giro” (ALMEIDA, 2000). O autor relata ainda a divisão desse indicador em dois índices: de cobertura da dívida de longo prazo e de cobertura de juros.

O índice de cobertura da dívida de longo prazo demonstra em quanto tempo a empresa é capaz de quitar toda sua dívida. Em relação ao índice de cobertura de juros, o mesmo refere-se ao pagamento dos juros, de modo que um índice menor que 1 (um) representa risco de insolvência. (BEAVER, 1984 *apud* ALMEIDA, 2000).

Por fim, Almeida (200) segrega o indicador de retorno em índice de fluxo de caixa livre, índice de retorno total, retorno sobre vendas, retorno sobre lucro, retorno sobre ativo, retorno sobre patrimônio líquido, margem de caixa das vendas e índice de fluxo de caixa por ação.

Assaf Neto (2014, p.128) explica que os índices de retorno “visam avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões”, além disso, o autor indica que esse indicador é de suma importância para análise do lucro líquido.

O índice de retorno total é responsável por mensurar o nível de geração interna de recursos utilizados nas atividades de financiamento e investimento. O índice de retorno sobre as vendas indica a capacidade da empresa em gerar caixa por meio das vendas. Dessa forma, índices menores podem sinalizar problemas de insolvência. Já o índice de retorno sobre o lucro representa quanto do lucro líquido efetivamente retornou em caixa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como documental e bibliográfica. Vergara (2016) define a pesquisa documental como a investigação de documentos mantidos em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas, enquanto a pesquisa bibliográfica compreende a análise de materiais publicados e acessíveis ao público em geral.

Gil (2002) explica que a diferença entre a pesquisa bibliográfica e documental tem relação com a natureza do documento em análise. Ou seja, a primeira caracteriza-se pelo uso de materiais cujo assunto possui contribuição de diversos autores, enquanto na segunda os conteúdos utilizados ainda não foram examinados de forma analítica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que seu objetivo primordial é o levantamento de dados para a posterior interpretação dos fatos ocorridos, visando descobrir a existência de associações entre variáveis (GIL, 2002).

No que diz respeito à abordagem, esta pesquisa foi quantitativa, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 69) “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”, objetivando encontrar relação entre as variáveis e associar causa-efeito dos dados levantados para a formulação de hipóteses.

3.1. População e Amostra

A atuação do estudo foi delimitada por meio de amostragem, a qual, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), representa uma parcela da população ou universo capaz de representá-los, sendo escolhida conforme um critério estabelecido. Em relação à amostra, utilizou-se a amostragem não probabilística intencional, caracterizada pela escolha cautelosa dos casos a serem inseridos na amostra, a fim de garantir amostras suficientes em relação às necessidades da pesquisa. (SILVA, 2017)

Nesse contexto, considerando o universo das Organizações Sociais, em especial as que mantêm vínculo com a União mediante contrato, o estudo selecionou, intencionalmente, as Organizações Federais que dispõem seus demonstrativos relativos aos últimos 10 (dez) anos publicados em seus sítios eletrônicos.

3.2. Procedimentos da Coleta dos dados

Para a concretização da pesquisa foram utilizados demonstrativos contábeis, financeiros, relatórios de gestão e contrato de gestão das Organizações Sociais vinculadas à União nos últimos 10 (dez) anos – 2007 a 2017–. A coleta de dados foi realizada por meio de consulta aos próprios sítios eletrônicos das Organizações Sociais selecionadas. Abaixo constam as OSs objeto da pesquisa:

- a) Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp)
- b) Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe)
- c) Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
- d) Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (Cnpem)
- e) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)
- f) Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)
- g) Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
- h) Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (ISD)
- i) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

3.3. Procedimentos da análise dos dados

Este estudo foi elaborado para colaborar com pesquisas relacionadas às Organizações Sociais, com a intenção de analisar o repasse financeiro para posteriormente calcular os indicadores relacionados ao Demonstrativo de Fluxo de Caixa. Haja vista a importância dos recursos do contrato de gestão para o funcionamento das OSs, a pesquisa pretendeu averiguar a relação entre o valor médio do contrato de gestão e o valor médio do Fluxo de Caixa, considerando o período entre 2007 a 2017

Dessa forma, a análise de dados desse estudo foi ordenada como segue: inicialmente, consulta aos demonstrativos contábeis das organizações sociais federais, com intuito de coletar informações relativas ao fluxo de caixa e repasse de recursos compactuados no contrato de gestão no período de 2007-2017. Com base nos dados encontrados, foi realizado um teste-t para duas amostras com variâncias diferentes, a fim de apurar se existe diferença

estatística significante entre o fluxo de caixa e o contrato de gestão.

O modelo do teste foi realizado utilizando-se duas variáveis, quais sejam o fluxo de caixa e o contrato de gestão. Ele foi baseado no estudo de previsão de fluxo de caixa futuro elaborado por Lustosa e Santos (2007), o qual utiliza a comparação do fluxo de caixa das operações (FCO) e o lucro líquido, para determinar qual dessas variáveis tem maior poder preditivo em relação ao fluxo de caixa futuro.

O teste foi executado com substituição da variável Lucro líquido pelo valor do contrato de gestão. A racionalidade para isto é que se considera lucro líquido o valor apurado no lucro operacional, descontadas as despesas não operacionais e impostos, e tendo em vista que as OSs são isentas de tributação conforme determina o art. 150 da Constituição Federal de 1988.

A análise do teste de hipóteses presume que a diferença encontrada entre o valor apresentado no cronograma de desembolso, documento anexo ao contrato, e o valor efetivamente destinado às Organizações Sociais vinculadas à União é estatisticamente significante. Dessa forma, considerou-se um índice de confiança de 95% para as hipóteses abaixo, onde μ_1 : média de Contrato de Gestão e μ_2 : média da Demonstração do Fluxo de Caixa:

$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$, não existe diferença estatística entre as variáveis;

$H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$, existe diferença estatística entre as variáveis.

Em segundo momento, a análise pautou-se nos indicadores financeiros do Fluxo de Caixa calculados similarmente no período de 10 (dez) anos, com o propósito de aferir a saúde financeira dessas organizações em momentos de crise governamental. Os indicadores financeiros utilizados foram ordenados segundo Almeida (2000).

Tabela 1 – Indicadores Financeiros

Índice de Liquidez	
Cobertura de Dívidas =	$\frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional (FCO)}}{\text{Passivo Circulante}}$

Índice de Solvência	
Cobertura de Dívidas de Longo Prazo =	$\frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional (FCO)}}{\text{Passivo Total}}$

Índice de Investimento	
Cobertura de Investimentos =	$\frac{\text{Fluxo de Caixa Operacional (FCO)}}{\text{Fluxo de Caixa de Investimento (FCI)}}$

Fonte: Almeida (2000)

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A discussão dos resultados tem como fundamento a análise da sustentabilidade financeira das Organizações Sociais vinculadas à União, tendo em vista que estas em maioria dependem dos recursos acordados no contrato de gestão, por não possuírem fonte própria de recursos, conforme destaca Carvalho (2017) em sua pesquisa sobre receitas. Assim, a análise de dados está segmentada como segue: inicialmente, foram verificados os demonstrativos contábeis das Organizações Sociais vinculadas à União, aferindo a demonstração do fluxo de caixa; no item 4.1 consta a descrição dos dados da pesquisa contemplando os resultados do teste-t e dos indicadores financeiros da Demonstração dos Fluxos de Caixa; no item 4.2 está exposta uma análise crítica dos resultados obtidos e, por fim, no item 4.3 foi apresentada análise em comparação com as pesquisas anteriores.

4.1. Descrição dos dados da pesquisa

4.1.1. Test-t para duas amostras

A pesquisa realizada nas demonstrações contábeis das Organizações Sociais vinculadas à União constatou que apenas 4 (quatro) das 9 (nove) OSs apresentaram demonstrações financeiras para todos os anos no período de 2007 a 2017. Dessa forma, serão objeto de análise as seguintes Organizações: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM); Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Para a realização do teste, considerou-se o nível de significância (α) de 95%, presumindo que a Demonstração de Fluxo de Caixa e o Contrato de Gestão possuem variâncias diferentes, de modo que foram encontrados os seguintes dados:

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas

Organizações	Valor- T	T crítico	GL	Valor-P
CGEE	-0,60376	2,160369	13	0,55639
CNPEM	-1,59813	2,109816	17	0,128433
IMPA	-1,75824	2,109816	17	0,096695
RNP	0,078188	2,119905	17	0,096695

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados encontrados

Os dados encontrados mediante teste-t serão analisados conforme os critérios presentes na tabela abaixo, permitindo que se rejeite ou não a hipótese nula:

Tabela 3 - Cenários das hipóteses

Valor-T > t-crítico	Rejeita H ₀
Valor-T < t-crítico	Não Rejeita H ₀
Valor-P > α	Não Rejeita H ₀
Valor-P < α	Rejeita H ₀

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando o resultado do teste realizado, e observando os cenários de hipóteses, é apresentada abaixo a tabela de resultados

Tabela 4 - Resultado Teste de Hipóteses

Organizações	Valor-t > T crítico?	Valor-P < α ?	Resultado
CGEE	Não	Não	Não rejeita H ₀
CNPEM	Não	Não	Não rejeita H ₀
IMPA	Não	Não	Não rejeita H ₀
RNP	Não	Não	Não rejeita H ₀

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados

Conforme se verifica na tabela, a hipótese nula não foi rejeitada em nenhuma das Organizações Sociais, não sendo possível determinar, por meio do teste, a existência de correlação entre a crise fiscal de 2014 e a diminuição no repasse de recursos compactuados no contrato de gestão. Por conseguinte, o teste deliberou a inexistência de diferença estatística entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e o Contrato de Gestão.

4.1.2. Análise por meio de indicadores da DFC

Tabela 5 - Sumário de Indicadores da DFC do CGEE

Indicadores		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007 ¹
Índices de Liquidez	Cobertura de Dívidas	4,61	-2,50	0,01	-0,70	1,30	-0,47	2,35	-3,99	0,95	-0,11	0,00
Índices de Solvência	Cobertura de Dívidas de Longo Prazo	4,61	-2,50	0,01	-0,70	1,30	-0,47	2,35	-3,99	0,95	-0,11	0,00
Índices de Investimento	Cobertura dos Investimentos ²	1219,04	-206,89	0,32	-24,81	4,19	-4,85	6,28	-91,83	15,69	-1,36	0,00

Notas:

¹ Não foi divulgada DFC para o ano de 2007

² FCO negativa em 2008, 2010, 2012 e 2016

³ FCI foi revertida para positiva para facilitar a análise

Observa-se que o índice de liquidez, nos anos de 2008, 2010, 2012 e 2016 ficou negativo. Isso se deu pelo fato do Fluxo de Caixa de Operações ter sido negativa nesses períodos. Em 2010 o FCO negativo foi ocasionado por um déficit no exercício, por outro lado, em 2014 o FCO foi afetado pelo aumento da conta clientes, uma vez que os recursos do contrato de gestão referentes a esse ano não foram repassados, de forma que o funcionamento da CGEE só foi possível graças ao repasse dos recursos remanescente dos anos anteriores.

Além dos índices negativos, nota-se que em 2015, o valor encontrado para cobertura de dívidas, apesar de ter aumentado em relação ao ano anterior, está bem abaixo do patamar considerado comum em empresas saudáveis, que é de 0,4 segundo Casezy e Bartzcak (1824 *apud* ALMEIDA, 2000), só voltando a apresentar um bom indicador em 2017.

Em relação ao índice de cobertura de dívidas de longo prazo, é possível perceber que seus valores foram idênticos ao índice de cobertura de dívida, o motivo desse acontecimento deriva da apresentação somente de Passivo Circulante nas demonstrações da Organização. Esses dois indicadores demonstram que como o ano de 2015 foi afetado, dado que, desconsiderando os índices negativos causados pela FCO negativa, esse ano foi o que apresentou um menor valor em relação aos demais.

Por fim, o índice de investimento, capaz de mensurar a potencialidade da empresa em financiar seu crescimento com recursos próprios, aponta uma queda acentuada a partir de 2014, provocada pelo atraso na disponibilização de recursos do contrato e a escassez da CGEE em relação aos recursos próprios.

Tabela 6 - Sumário de Indicadores da DFC do CNPEM

Indicadores		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Índices de Liquidez	Cobertura de Dívidas	0,93	1,26	0,23	0,09	-0,26	0,45	0,23	0,38	0,56	0,84	0,26
Índices de Solvência	Cobertura de Dívidas de Longo Prazo	0,33	0,68	0,15	0,07	-0,21	0,42	0,22	0,37	0,56	0,84	0,26
Índices de Investimento	Cobertura dos Investimentos ²	0,88	1,10	0,93	0,20	-1,81	1,08	1,03	0,70	1,53	9,08	2,13

Notas:

¹ FCO negativa em 2013

² FCI foi revertida para positiva para facilitar a análise

O indicador de cobertura de dívidas do CNPEM demonstra um equilíbrio ao decorrer dos anos, apresentando bons resultados entre 2008 a 2013, excetuando o ano de 2011, no qual

o valor encontrado está abaixo do comum em empresas saudáveis, voltando a crescer em 2016. Em 2013, o CNPEM apresentou um indicador negativo, resultado de um FCO negativo para esse período tendo um leve crescimento em 2014, que apesar do índice ser melhor que o ano anterior, continuou bem abaixo normal.

No que diz respeito à solvência, o melhor resultado foi em 2008, sendo seguido de diminuições, atingindo índice negativo em 2013 e o segundo índice mais baixo em 2014, o qual só voltou a crescer em 2016. Desconsiderando o índice negativo afetado pela FCO com aumento do passivo e diminuição dos investimentos, o pior índice encontrado refere-se ao ano de 2014, tanto em relação à liquidez quanto a solvência.

Tratando-se do índice de investimento, relacionada à capacidade de financiamento com recursos próprios, observa-se que seu auge foi em 2008, visto que nesse período o investimento realizado foi somente na compra de imobilizado, utilizando apenas uma pequena parte do caixa gerado no exercício. Conforme nota-se nos demais indicadores, 2014 foi o ano em que os recursos foram ineficientes para cobrir os gastos, além de não ser capaz de alavancar a organização com o caixa gerado. O ano de 2014 foi marcado pela alta demanda de serviços das comunidades científicas e empresarial, o que impulsionou a adoção de medidas de investimento e manutenção das instalações, motivo pelo qual o indicador de investimento foi tão baixo em comparação aos demais períodos.

De modo similar aos demais índices, 2016 representa o ano em que os resultados foram recuperados. No entanto, esse fato ocorreu devido à diminuição da execução orçamentária com redução do valor da folha de pessoal e revisão dos contratos de prestação de serviços. Segundo o relatório de gestão do CNPEM, desde 2014 o valor do contratado foi inferior às necessidades orçamentárias do centro, necessitando a adequação dos custos de operação aos limites orçamentários.

Tabela 7 - Sumário de Indicadores da DFC do IMPA

Indicadores		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Índices de Liquidez	Cobertura de Dívidas	1,03	8,16	-1,39	1,31	0,45	1,08	1,13	0,34	0,75	0,64	0,48
Índices de Solvência	Cobertura de Dívidas de Longo Prazo	0,40	1,13	-0,58	0,63	0,36	1,08	1,13	0,34	0,75	0,64	0,48
Índices de Investimento	Cobertura dos Investimentos ²	6,83	11,94	-65,37	1,32	2,48	8,16	5,47	0,67	1,44	2,11	2,61

Notas:

¹ FCO negativa em 2015.

² FCI foi revertido para positiva para facilitar a análise

Devido ao Fluxo de Caixa de Operações ter sido negativo no ano de 2015, esse período apresentou o menor indicador de cobertura de dívidas, demonstrando a dificuldade em quitar o passivo apenas com o FCO líquido. No geral, o índice de liquidez da IMPA seguiu o patamar das empresas saudáveis, demonstrando resultados superiores a 0,4, excetuando 2010 e 2015.

Referente ao índice de solvência, desprezando o resultado negativo obtido em 2015, a partir dos indicadores percebe-se a incapacidade da organização, em quase todos os anos apresentados, em quitar suas dívidas de longo prazo utilizando-se o seu FCO líquido. Apesar do crescimento de solvência entre 2007 a 2009, houve uma queda em 2010 a qual foi recuperada em 2011, sendo seguido novamente de declínio, que foi recuperado somente em 2016, ano no qual se obteve um resultado idêntico ao período de 2011.

A partir dos indicadores observados, nota-se que apenas nos anos de 2010 e 2015 o Instituto não seria capaz de alavancar seus investimentos utilizando somente o FCO, de modo que os demais anos apresentaram ótimos resultados para o índice de cobertura dos investimentos.

Tabela 8 - Sumário de Indicadores da DFC do RNP

Indicadores		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Índices de Liquidez	Cobertura de Dívidas ¹	0,02	0,53	-0,30	0,49	-0,12	0,30	0,54	-0,77	-1,03	0,65	0,53
Índices de Solvência	Cobertura de Dívidas de Longo Prazo	0,01	0,47	-0,24	0,46	-0,11	0,28	0,48	-0,70	-1,03	0,65	0,53
Índices de Investimento ²	Cobertura dos Investimentos ³	-1,58	1,00	1,02	1,00	1,03	1,00	0,87	-2,73	-2,63	6,41	2,87

Notas:

¹ FCO negativa em 2009, 2010, 2013 e 2015.

² FCI positiva em 2017

³ FCI foi revertido para positiva para facilitar a análise

Desconsiderando os indicadores negativos, o índice de liquidez apresentou resultados que se enquadram no patamar das empresas saudáveis. No entanto, observa-se uma queda brusca de 2016 para 2017 e uma queda menos acentuada de 2011 para 2012. O índice, por sua vez, apresentou piora a partir de 2011, contemplando inclusive resultados negativos devido ao FCO do período.

Em relação ao índice de solvência, verifica-se a mesma piora observada no índice de

liquidez, com atenção especial para o ano de 2017, que retratou o pior indicador para a série de 10 anos, indicando um risco de solvência para a organização. Nessa série histórica constata-se a baixa solvência da RNP ao longo dos anos, sinalizando a dificuldade de honrar os passivos de longo prazo utilizando exclusivamente o FCO líquido.

Por último, o índice de investimento, ao contrário dos índices anteriores, retratou bons resultados, apontando a capacidade da RNP em alavancar suas operações com recursos gerados no FCO, não carecendo de financiamentos além daqueles provenientes do contrato de gestão.

4.2. Análise crítica dos dados da pesquisa

Embora o teste-t tenha rejeitado a hipótese de diferença significativa entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa e o Contrato de Gestão, a análise dos indicadores demonstrou uma piora nos índices ocasionados pelo atraso no repasse de recursos. Segundo os relatórios da CGEE, o ano de 2013 foi marcado pelo resultado positivo, apresentando o maior montante nominal do Contrato de Gestão desde a criação do Centro. Essa marca, entretanto, foi revertida em 2014, ano cuja receita foi reduzida em termos percentuais equivalentes a 52,22% do contrato de gestão.

Em 2015 foi possível verificar os impactos da crise fiscal e financeira por meio da assinatura de um termo aditivo que contemplou somente 25% do valor previsto na Lei Orçamentária Anual. A escassez de recursos limitou a possibilidade de crescimento e expansão do CGEE, impedindo o desenvolvimento de novos projetos e induzindo a adoção de medidas para reduzir os custos.

Grande efeito do atraso de repasses foi a extrapolação dos limites de gastos com pessoal devido à quantidade mínima de recursos disponíveis. Por depender do contrato de gestão para operar suas atividades, o CGEE apenas manteve-se funcionando por intermédio dos recursos remanescentes de 2014 que foram repassados em 2015. Devido à dependência desses recursos advindos do contrato, e tendo em vista o cenário deficitário, o ano de 2016 foi marcado pelos esforços voltados para a redução de gastos operacionais.

Com o cenário de sucessivos déficits e escassez de recursos, o ano 2017 deu continuidade às medidas direcionadas à contenção de gastos, sendo perceptível o impacto negativo no quadro de pessoal. Por outro lado, diferente dos dois anos anteriores, todos os

recursos pactuados foram repassados em 2017, demonstrando uma ligeira melhora na crise financeira.

Conforme relata Carvalho (2017), o CGEE possui grande dependência dos recursos do contrato de gestão e isso pode ser percebido mediante análise dos indicadores que apontou piora significativa a partir de 2013 tendo uma leve melhora em 2016. A FCI positiva demonstrada em 2017 é resultado da contenção e declínio dos investimentos, fruto da diminuição do recurso por meio dos termos aditivos.

De modo similar, o CNPEM em 2014 manteve seu funcionamento graças ao recebimento dos restos a pagar de 2013, uma vez que os recursos do termo aditivo desse período eram insuficientes, e a demanda de serviços provocou a adoção de medidas de adiantamento de investimento e redução de custos, principalmente no que se refere a quadro de pessoal. De acordo com os relatórios de gestão, desde 2014 o valor contratado é inferior às necessidades orçamentárias do Centro, havendo uma piora em 2015 devido à inflação e baixo repasse financeiro, operando com os recursos remanescentes do ano anterior.

Em 2016 a situação orçamentária não melhorou, apresentando uma execução ainda mais contida que nos dois anos anteriores. Contudo, pela continuidade das medidas de diminuição de custos, os indicadores mostraram um restabelecimento, especialmente no índice de liquidez. Esse cenário teve uma leve melhora em 2017, indicada pelo aumento percentual de 3% da execução orçamentária comparando-se ao ano anterior, muito embora tenha sido inferior a 2015, obrigando a CNPEM a operar no mesmo patamar de 2014, o que pode ser percebido pela diminuição dos indicadores da DFC.

Nas demonstrações financeiras do IMPA, foi possível perceber uma queda percentual de 58% se tratando dos recursos do contrato de gestão de 2014 para 2015, motivo pelo qual a FCO em 2015 foi negativa, o que prejudicou os indicadores do fluxo de caixa. Em contrapartida, os recursos repassados em 2016 foram significativamente maiores tanto em relação ao ano anterior quanto aos demais anos, possibilitando o aumento dos indicadores que, apesar disso, voltou a cair no ano seguinte.

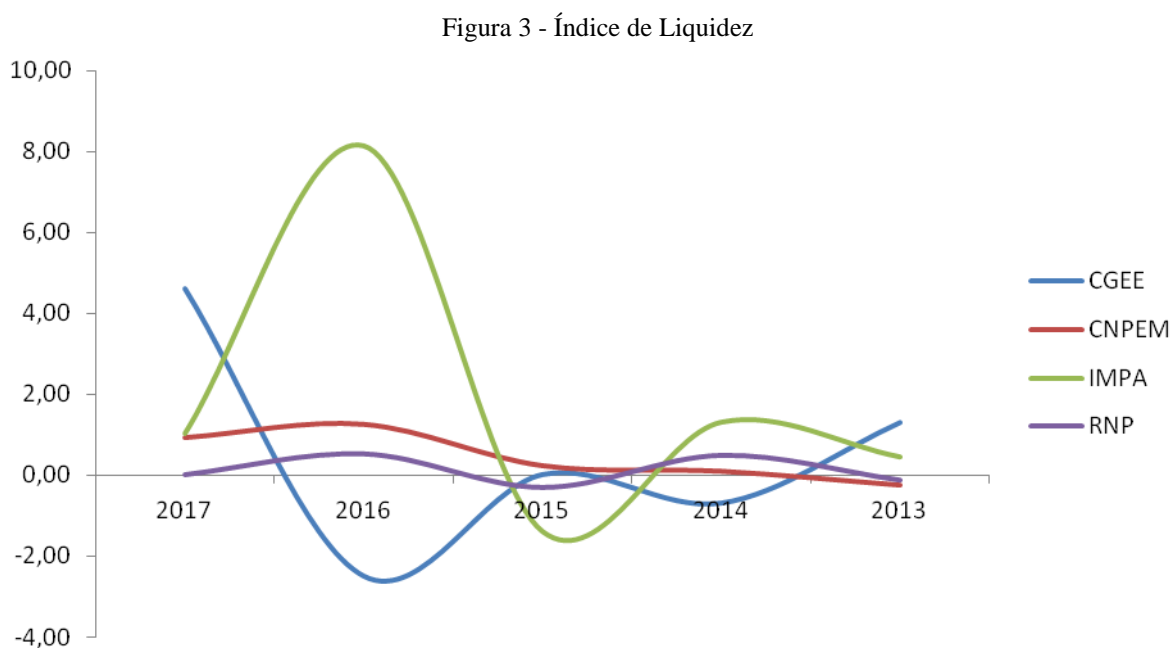
Em contraste com as outras OSs objeto de estudo, segundo Carvalho (2017), a RNP foi a organização que mais realizou receita própria entre os anos de 2012 a 2016, se tornando menos dependente dos recursos do contrato de gestão. Esse fato pode ser percebido pelo índice de investimento, o qual não sofreu tanta variação ao longo do período 2013-2016, apresentando uma piora em 2017.

O repasse de recursos em 2015 sofreu uma redução de 38% em comparação com o ano anterior, o que suscitou o descumprimento do limite de gasto com pessoal nesse período. Em 2016 o repasse aumentou, de modo a permitir que o limite de gasto de pessoal fosse respeitado, o que se observa também no aumento dos indicadores, os quais sofreram uma queda em 2017 retratando o pior resultado dessa série histórica.

Isto posto, percebe-se que todas as Organizações Sociais objeto dessa pesquisa retrataram piora nos indicadores a partir de 2014, vinculando o atraso do repasse à crise fiscal instalada nesse período. É notório o condicionamento dos indicadores aos recursos do contrato de gestão e principalmente a dependência dessas organizações frente a esses recursos. Além disso, conforme apresentado nos apêndices, nota-se a diferença existente entre o valor compactuado no contrato e o valor efetivamente repassado a essas instituições.

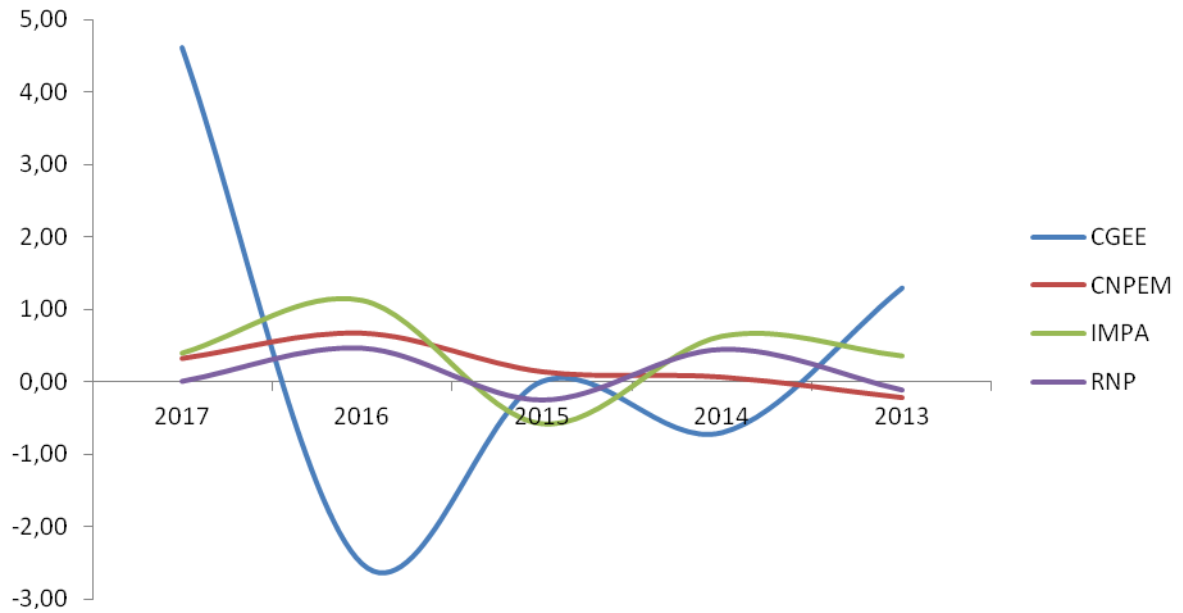
4.3. Relação entre os dados da pesquisa e as pesquisas anteriores

Para finalizar a análise, comparando a evolução de cada Organização Social tendo por fim chegar ao objetivo geral da pesquisa, foi montado 1 (um) gráfico para cada índice contemplando as 4 (quatro) OS analisadas



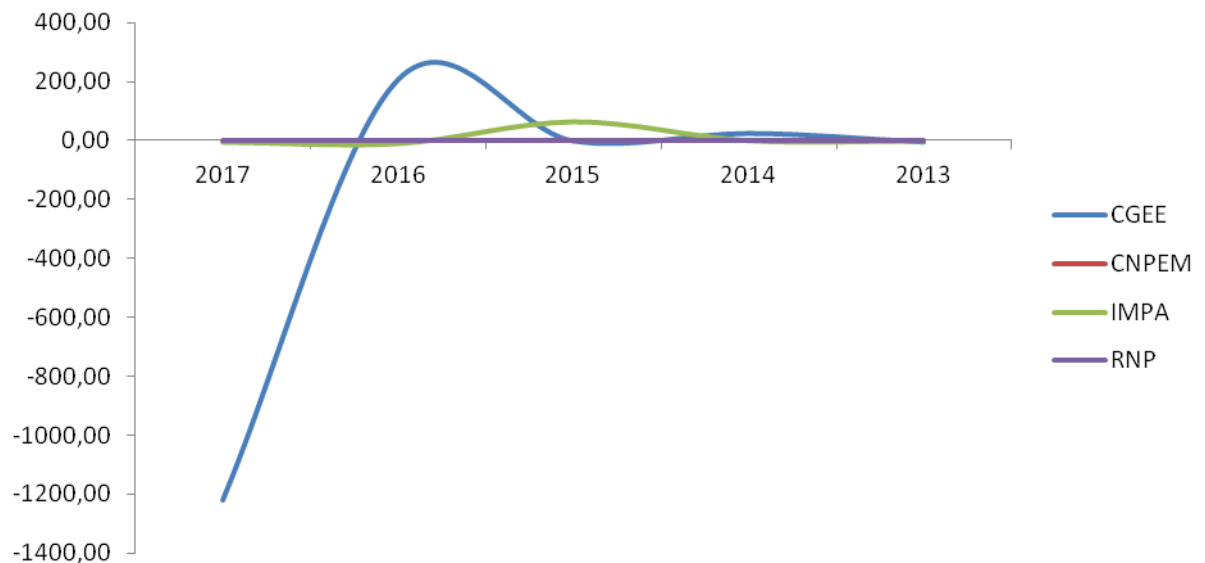
Fonte: Elaborado pela autora baseado nos dados coletados

Figura 4 - Índice de Solvência



Fonte: Elaborado pela autora baseado nos dados coletados

Figura 5 - Índice de Investimento



Fonte: Elaborado pela autora baseado nos dados coletados

O estudo realizado por Braga e Santos (2012) indicou as consequências e impactos da crise de 2008 nas empresas com ações negociadas na BM&F BOVESPA, que em grande parte demonstrou queda acentuada nos índices de liquidez e solvência. O mesmo ocorreu com os indicadores das OSs analisadas, perfazendo o impacto causado pela crise governamental de 2014 nessas entidades.

De acordo com a pesquisa, e com o levantamento das demonstrações contábeis, foi possível verificar as marcas deixadas pela crise fiscal de 2014 nas Organizações Sociais vinculadas à União, principalmente devido à dependência financeira dessas OS em relação ao contrato de gestão, conforme aponta Carvalho (2017). Além dos indicadores, os relatórios de gestão comprovaram o atraso no repasse e como o limite de gasto com pessoal foi afetado.

Os gráficos acima apresentados revelam que os efeitos da crise, no geral, se mostraram mais presente a partir de 2015, com exceção da RNP que foi afetada principalmente em 2016. Dessa forma, resta claro que o fato dessas OSs serem mantidas quase exclusivamente pelo Contrato de Gestão traz risco ao seu funcionamento, já que nesses momentos de escassez de repasses suas atividades ficam comprometidas, o que acarreta na adoção de medidas de cortes dos custos operacionais, impedindo o desenvolvimento de novos projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Organizações Sociais foram instituídas com o propósito de otimizar os serviços não exclusivos do Estado, permitindo que as demandas sociais fossem atendidas. Em momentos de crises política, financeira e econômica, como o cenário atual no qual o Brasil está inserido, é necessário dar ênfase às OS devido à necessidade dos seus serviços prestados para a manutenção da sociedade, além de ser uma tentativa de reverter esse cenário negativo.

Além do papel fundamental dos serviços prestados pelas Organizações Sociais e dos direitos que essas adquirem por meio do Contrato de Gestão, essas entidades também possuem obrigações perante o poder público, em especial no que se refere ao princípio da transparência. Esse princípio visa instituir controle sobre o patrimônio público disponibilizado e legitimar as ações praticadas por essas organizações, sendo obrigação da OS manter registro de seus serviços, plano de ação, metas e demonstrativos contábeis.

Assim sendo, o objeto desse estudo foram os demonstrativos contábeis, em especial, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), com propósito de analisar o impacto da crise de 2014 no repasse dos recursos negociados no Contrato de Gestão. Para isto, a análise de dados foi realizada tanto por meio de indicadores quanto por teste de média com os dados obtidos nos relatórios entre o período de 2007 a 2017.

O teste-t para duas variâncias diferentes foi utilizado para embasar a hipótese de pesquisa de que existe diferença estatística significativa entre os valores do Fluxo de Caixa e do Contrato de Gestão. O resultado negou a existência de diferença, aceitando a hipótese nula e descartando a hipótese alternativa.

Em segundo momento foi realizado a análise dos indicadores da DFC para verificar se a crise governamental influenciou no funcionamento e na disponibilização de recursos para essas organizações. O resultado dos indicadores, no geral, demonstrou uma piora nesses índices a partir de 2015, principalmente devido ao atraso no repasse do fomento necessário para o funcionamento dessas OSs, as quais são dependentes do valor do contrato, ratificando a influência da crise nessas entidades.

A análise dos indicadores corrobora com o estudo realizado por Braga e Santos (2012), que explora os efeitos da crise de 2008 nas empresas com ações listadas na BM&F Bovespa, trazendo os resultados para o âmbito de instituições da Administração Pública. À

vista disso, essa pesquisa apresenta o diferencial de se tratar de um assunto pouco abordado no meio acadêmico, as Organizações Sociais, além de revelar a pertinência dos recursos para a gestão do Fluxo de Caixa.

Os objetivos propostos e o problema de pesquisa foram alcançados à medida que foram verificados os impactos causados pelo cenário de instabilidade governamental mediante indicadores e teste de média, bem como verificou-se a diferença entre o valor pactuado no contrato e o valor efetivo do repasse

Como limitação, essa pesquisa analisou apenas as organizações que apresentaram relatório para os anos 2007-2017, não permitindo generalização dos dados, principalmente devido ao valor de cada contrato e a dependência financeira específica de cada OS em relação ao Contrato.

Sugere-se para pesquisas futuras a realização de estudos acerca dos demais demonstrativos contábeis no âmbito das Organizações Sociais, utilizando-se técnicas de inferência e testes estatísticos para verificar a relação do funcionamento dessas entidades com o valor repassado no Contrato de Gestão. Além disso, podem ser utilizados outros indicadores que remontem o cenário de ineficácia das operações mediante momentos de crise governamental.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito Administrativo Descomplicado*. 25. Ed. São Paulo: Método, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo Schimidt G. de. *Análise da demonstração dos fluxos de caixa*. UNB. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/146>>. Acesso em: 15 set 2018.
- ARMANI, D. O. *Desenvolvimento Institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil*. In: Câmara, C. (Org). *Aids e Sustentabilidade sobre as ações das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças Corporativas e Valor*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BARBOSA FILHO, F. H. *A crise econômica de 2014/2017*. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: BATISTA, P. N. et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BRAGA, D.S.; CRUZ, A. J; SANTOS, G.C..*Demonstração dos Fluxos de Caixa: Análise por meio dos indicadores financeiros em empresas da BM&F BOVESPA*. *Revista GETEC: Gestão Tecnológica E Ciências*, v. 1, n. 2, 2012.
- BRASIL. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio. 1998*.
- BRASIL. Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007*.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: Presidência da República; Câmara de Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado Organizações sociais. / Secretaria da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 74 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina* / Luiz Carlos Bresser Pereira; tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Ed. 34, 1996. 390 p.

CAMPOS FILHO, Ademar. *Demonstração dos Fluxos de Caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa*. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, Ana Beatriz Gonçalves de. *Reconhecimento e evidenciação de receitas: uma análise em Organizações Sociais vinculadas à União*. 2017. 47 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Pronunciamento Técnico CPC 03. Brasília: CPC, 2010. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>> Acesso em: 15 set 2018.

COSTA, Frederico Lustosa da. *Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas*. Revista de Administração Pública. 42(5), setembro/outubro de 2008.

COUTINHO, N. N. *As organizações sociais e o contrato de gestão*. Revista de Direito Público, Londrina, v. 1, n. 2, p. 25-40, mai/ago 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DINIZ, Josedilton Alves; LIMA, Severino Cesário de. *Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental*. São Paulo:Atlas, 2016.

FERRAREZI, E. R. *A Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil. A criação da Lei das OCIP (Lei 9.790/98)*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, Março/2007.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Henrique Meirelles e o Consenso de Washington*. Revista Emancipação, v. 17, n. 1, 2017.

HEVESI, Alan G. *Local government management guide: financial condition analysis*. New York: Office of the State Comptroller. Division of Local Government Services and Economic

Development, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LUSTOSA, P. R B.; Santos, A dos. *Poder relativo do lucro contábil e do fluxo de caixa das operações para prever fluxos de caixa futuros: um estudo empírico no Brasil*. Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC), 1(1), 39-58, 2017.

Manual de Procedimentos Contábeis Aplicáveis ao Setor Público – MPCASP - 7ª Edição - Secretaria do Tesouro Nacional (STN), 2017. Parte: II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, disponível em:< <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>>. Acesso em: 01 set 2018.

MARQUES, J. A. V. C., Carneiro Júnior, J. B. A., Kuhl, C. A. (2008). *Análise financeira das empresas*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

MELLO, G; ROSSI, P. *Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha ré*. Nota de Conjuntura 1—CECON IE Unicamp. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/choque-recessivo-de-2015-causou-a-maior-crise-da-historia-brasileira/>>. Acesso em: 15 set 2018.

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc>. Acesso em: 20 set 2018.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. 11. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Frase, 2013.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estud. av.*, São Paulo , v. 31, n. 89, p. 75-88, Apr. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set 2018.

PRODANOV, C.C.; FREITAS E.C.. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil; 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. *Demonstrações Contábeis: estrutura e análise* / Arnaldo

Carlos de Rezende Reis – 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUES, M.C.P. *Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil*. Rap Rio de Janeiro ~2(5):25-b7. SET./OUT. 1998.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade*. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, José Pereira da. *Análise Financeira das Empresas* . 13 ed. São Paulo: Ceangage Learning, 2017.

SLOMSKI, Valmor et al. *Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas*. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APÊNDICE(S)

Apêndice 1 - Resumo das Demonstrações do CGEE (valores em mil R\$)

	CGEE ¹	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Contrato	Contrato de Gestão	15.682,91	12.284,58	9.067,78	47.521,62	53.305,48	51.655,51	46.247,67	39.073,92	34.111,35	40.044,40	38.829,64
	Valor Repassado	27.632,44	13.772,77	31.236,39	33.747,24	24.540,34	19.712,58	26.586,82	23.523,77	37.970,47	36.022,47	54.737,76
Resumo DFC	FCO	9.780,80	-8.360,70	39,98	-4.103,72	6.818,38	-3.474,91	6.065,40	-10.780,31	2.512,49	-412,69	0,00
	FCI ²	8,02	40,41	125,60	165,40	1.627,52	716,93	966,22	117,40	160,16	304,23	0,00
	Aumento/ Redução Caixa	10.071,33	-8.900,51	-97,05	-5.345,86	6.926,20	-5.916,17	7.595,02	-186,48	3.946,93	-1.253,65	0,00
	Saldo Inicial Caixa Eq	10.071,33	-8.900,51	-97,05	-5.345,86	6.926,20	-5.916,17	7.595,02	-186,48	3.946,93	-1.253,65	0,00
	Saldo Final Caixa Eq	5.073,59	14.116,36	15.199,79	22.138,01	16.663,05	23.541,41	17.249,18	35.704,27	33.769,43	36.447,65	0,00
Dados para indicadores	Passivo Circulante	2.123,26	3.339,46	4.678,10	5.894,01	5.262,87	7.376,31	2.582,80	2.700,60	2.640,38	3.614,77	6.987,73
	Passivo Total	2.123,26	3.339,46	4.678,10	5.894,01	5.262,87	7.376,31	2.582,80	2.700,60	2.640,38	3.614,77	6.987,73

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Notas: ¹Valores em milhares e atualizados pela inflação; ²FCI convertida para positivo para análise dos indicadores.

Apêndice 2 - Resumo das Demonstrações do CNPEM (valores em mil R\$)

	CNPEM ¹	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Contrato	Contrato de Gestão	52798,83	88887,34	101756,32	101964,25	103475,34	104238,29	104768,46	156978,68	130668,43	106476,12	47108,29
	Valor Repassado	56553,78	78781,28	30717,09	64698,78	70759,99	83740,19	104768,46	106565,38	122527,35	106546,07	41406,26
Resumo DFC	FCO	339496,78	490749,25	82962,22	23367,62	-50707,59	57283,99	31786,52	27030,89	61150,42	72795,11	13197,47
	FCI ²	-386739,20	-446317,23	-88985,49	-114138,30	-28013,73	-53199,53	-31010,51	-38546,58	-39895,01	64773,99	6952,20
	Aumento/Redução Caixa	-47242,42	44432,02	-6125,28	13416,25	-78667,95	4084,46	776,01	-11515,69	21255,41	64773,99	6989,41
	Saldo Inicial Caixa Eq	69870,18	27397,22	35436,87	25733,05	106087,91	108129,39	113337,31	143785,67	130633,20	71369,95	68939,73
	Saldo Final Caixa Eq	22627,76	71829,24	29311,59	39149,30	27419,97	112213,84	114113,32	132269,99	151888,61	136143,95	75929,14
Dados para indicadores	Passivo Circulante	365476,91	389489,72	363633,72	266933,78	197355,70	128083,10	135923,45	71513,22	109850,95	86513,38	50369,52
	Passivo Total	1030541,58	722343,68	571611,11	329507,04	236540,23	136373,38	144468,47	72669,55	109850,95	86513,38	50369,52

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Notas: ¹Valores atualizados pela inflação; ²FCI convertida para positivo para análise dos indicadores.

Apêndice 3 - Resumo das Demonstrações do IMPA (valores em mil R\$)

	IMPA ¹	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Contrato	Contrato de Gestão	131498,03	94487,56	110393,38	111165,54	107520,96	103731,61	99961,98	94390,52	69128,75	66263,86	43718,70
	Valor Repassado	89245,53	165790,70	42811,24	112070,67	83486,01	105631,81	80036,76	74591,48	64133,69	67326,34	43718,70
Resumo DFC	FCO	30018,86	62691,53	-51572,98	68877,28	24471,14	31914,21	31387,05	2543,73	8566,87	9744,15	16544,65
	FCI ²	4396,32	5252,72	788,90	52349,91	9872,68	3909,95	5739,42	3771,46	5956,31	4611,00	6350,08
	Aumento/Redução Caixa	25622,53	57438,81	-52361,88	16527,37	14598,46	28004,26	25647,64	-6315,20	-14523,18	5133,15	10194,57
	Saldo Inicial Caixa Eq	99140,85	44480,75	99951,20	93894,90	85451,66	62381,72	40186,32	49936,37	67273,68	64978,46	58934,79
	Saldo Final Caixa Eq	124763,39	101920,62	47588,83	110422,27	100050,12	90385,98	65833,95	43621,18	52750,50	70111,61	69129,36
Dados para indicadores	Passivo Circulante	29044,99	7687,32	36996,53	52486,79	54150,96	29508,53	27782,35	7408,01	11483,51	15196,10	34492,55
	Passivo Total	75744,31	55529,69	88313,72	109038,82	68306,01	29508,53	27782,35	7408,01	11483,51	15196,10	34492,55

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Notas: ¹Valores atualizados pela inflação; ²FCI convertida para positivo para análise dos indicadores.

Apêndice 4 - Resumo das Demonstrações RNP (valores em mil R\$)

	RNP	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Contrato	Contrato de Gestão	164887,81	223541,44	192729,69	332264,42	406302,46	238996,59	174102,22	120102,93	136177,49	164199,51	44131,70
	Valor Repassado	200789,60	348432,03	200260,16	358964,32	207852,23	280465,98	256097,14	79905,91	185369,04	72083,04	27626,13
Resumo DFC	FCO	3760,78	144238,33	-45311,63	124635,56	-21285,22	68540,03	90661,45	-68438,79	-41926,19	130827,73	63673,47
	FCI	-2379,62	144238,23	-44574,31	124634,56	-20736,71	68263,06	103936,65	25044,85	15951,58	20407,17	22160,84
	Aumento/Redução Caixa	6133,18	0,10	-0,94	1,00	-270,81	283,98	-13275,19	-93421,96	-57877,77	110424,93	41906,91
	Saldo Inicial Caixa Eq	0,18	0,08	1,03	0,14	271,14	2,62	68244,13	166198,09	233441,84	132864,63	99445,26
	Saldo Final Caixa Eq	6133,36	0,18	0,09	1,14	0,15	286,80	2,77	72776,14	175564,06	243289,56	141352,17
Dados para indicadores	Passivo Circulante	231765,60	274713,58	153060,55	254807,06	181611,20	226051,26	169213,46	88862,07	40510,96	199917,78	119359,38
	Passivo Total	256960,79	304366,56	185584,00	272135,96	200270,24	246158,32	189122,16	97732,94	40510,96	199917,78	119359,38

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Notas: ¹Valores atualizados pela inflação; ²FCI convertida para positivo para análise dos indicadores.